

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.328.984 - RJ (2018/0178376-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : IRACEMA DE SOUZA BRANDINO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCURADORES : MAURÍCIO GOMES VIEIRA - RJ102559
EDUARDO RODRIGUES JUNIOR - RJ147208
CLAYTON SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ182405
AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
RJ097634

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DEVOLUÇÃO E SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NA CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 143):

Ação de Obrigação de Fazer – Fornecimento de medicamento.

Constitui obrigação dos entes públicos o fornecimento de medicamento necessário a preservar a saúde da população, conforme determinam os artigos 30, inciso VII e 196 da Constituição Federal – Matéria consolidada através da Súmula nº 65 desta Corte.

O inconformismo do Município apelante, que se relaciona com a verba honorária, deve prosperar, reduzindo-a para o valor de R\$ 100,00, em favor da Defensoria Pública – Modificação da Sentença no duplo grau de jurisdição, no tocante aos honorários advocatícios, desprovimento da Apelação interposta pelo Estado do Rio de Janeiro e parcial provimento do Recurso interposto pelo Município de Duque de Caxias.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015 (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973), sob o seguinte argumento: a Súmula 182 do TJRJ, a qual estabelece que nas ações que versem sobre a prestação unificada de saúde, a verba honorária arbitrada em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública não deve exceder o valor correspondente a meio salário mínimo nacional, contraria as disposições do CPC, pois não há tabelas ou valores prefixados para os honorários advocatícios. Assim, requer a majoração da verba honorária fixada em R\$ 100,00 (cem reais) pelo acórdão recorrido.

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

A questão tratada nos autos - cabimento de condenação em honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública - teve sua repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 1.140.005/RJ - (Tema 1.002).

Consoante a jurisprudência desta Corte, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional, nos termos do art. 543-B do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), justifica o sobrestamento dos recursos especiais, na instância ordinária, que tragam em seu bojo a mesma questão jurídica a ser definida pelo STF. Assim, a Corte de origem pode declarar prejudicados os recursos que se oponham a acórdão que se conforma com o decidido pelo STF ou se retratar. Nesse sentido: REsp 1.486.671/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2014; AgRg no REsp 1.467.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que se aguarde o pronunciamento definitivo do STF em sede de repercussão geral, quando então será exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES, Relator